

É como imensa satisfação que apresento o volume 19 número 37 da Revista *Tempo da Ciência*, que a partir de 2012 tornou-se uma revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais da UNIOESTE – Campus de Toledo. Há poucos meses de completar 19 anos de veiculação contínua, a presente edição traz um dossiê dedicado ao tema das *Políticas Públicas e Controle Social*, reunindo artigos que investem nas diferentes conjecturas às quais emerge o termo controle social, enfatizando a relação entre o Estado e a Sociedade Civil. O conceito de Controle Social – sua reconfiguração e alargamento – tornou-se um tema essencial na discussão do controle social exercido pela sociedade civil sobre as ações do Estado. O dossiê explora o debate atual sobre os mecanismos de controle e as correlações de forças existentes no conjunto da sociedade. O dossiê, portanto, explora uma temática importante que tem como ponto de partida a participação, o monitoramento e a relação da sociedade civil nos projetos gestados no âmbito público, além de apontar diretrizes, diagnósticos e prioridades nos projetos alavancados pelo setor público. Com esse objetivo, convidamos alguns autores a se debruçarem no tema proposto. A presente edição é integralmente dedicada a esse tema, uma área de pesquisa instigante à qual oferecemos um conjunto de artigos de grande utilidade para outros pesquisadores. Mais do que auferir respostas a essas questões, a presente edição tem como objetivo convidar o leitor a engajar no debate entre a Sociedade Civil e o Estado, oferecendo-lhe pontos de vista e abordagens diversificadas sobre tão vasto tema. Certamente, tais produções serão capazes de iluminar novas e originais hipóteses e subsidiar novas pesquisas no mestrado em Ciências Sociais da UNIOESTE. Nesse aspecto, estimulará pesquisas importantes

dentro das duas linhas de pesquisa do mestrado em Ciências Sociais, respectivamente: “Democracia e Políticas Públicas” e “Cultura, Fronteiras e Identidades”.

Abre o número do dossiê o artigo da antropóloga Maria Ercília do Nascimento, no qual a autora problematiza as recentes incorporações do domínio de pesquisa sobre Controle Social, tendo como ponto de partida os fenômenos sociais que alteraram os domínios do político, do social e do econômico ocorridos entre o final do século XX e início do XXI. Uma das hipóteses levantadas pela autora é de que a democracia representativa não consegue mais responder às atribuições a que lhe foram delegadas, tornando o Estado refém de grupos privados.

No que tange à dimensão da participação da sociedade civil, apresentamos o artigo de Lizandra Serafim, ao qual pauta-se na discussão sobre a participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, tendo como referência uma análise das propostas do FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana, e por conseguinte, a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação de políticas de controle das ações do Ministério das Cidades durante o governo Lula. Tendo como pano de fundo esse governo, a autora discute as ações governamentais e as possibilidades da construção de um modelo de gestão democrática.

A socióloga Fabíola Mattos Pereira chama a atenção para outro aspecto do Controle Social. Partindo de uma perspectiva etnográfica, a socióloga analisa as ações de iniciativa dos poderes públicos a partir das dinâmicas de vida dos grupos populares organizadas em duas vilas da cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul.

O texto de Thiago de Carvalho Guadalupe, dedica-se a apresentar os resultados de sua pesquisa realizada no CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, centro que realiza estudos sobre criminalidade e segurança pública dentro de uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar. Partindo de relatos dos alunos, o autor reconstitui os fatores explicativos da constituição da delinquência nas instituições de ensino na região metropolitana de Belo Horizonte.

O artigo dos autores Dani Rudnicki e Gabriel Borrea dos Passos, propõem-se a analisar a alimentação das apenadas na penitenciária feminina *Madre Pelletier*, localizada em Porto Alegre. Ao explorar outro aspecto do Controle Social, o autor busca constatar se o direito à assistência material, no caso à alimentação das presas, está ou não sendo respeitado pelo Estado, concluindo que, nessa penitenciária há um tratamento diferenciado em relação a alimentação, fato reconhecido pelo juiz e pelas detentas da penitenciária.

Dando sequência as pesquisas empíricas, Rodrigo Rodrigues Dias analisa a partir dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, a existência de conflitos entre as atribuições e o controle de políticas públicas direcionadas à população infantojuvenil. O autor conclui que, nestas condições, ficou demarcado negativamente os limites dos Conselhos na capacidade de intervenção nos rumos da política, apontando para uma baixa produtividade deliberativa.

Por seu turno, Cleide Magáli dos Santos e Ivone Freire Costa fazem um balanço de três experiências inseridas na Política Pública Nacional de Educação em/para Direitos Humanos para a Prevenção da Violência, explorando as experiências do PROGEDH (Programa de Educação em Direitos Humanos), o PROED (Programa Educacional da Polícia Militar de Resistência às Drogas e a Violência) e a PROGESP (Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública), explorando dados de uma observação direta que envolveu análises de documentos e coletas de depoimentos.

A preocupação com a disseminação de políticas clientelísticas presentes em programas governamentais nos dá outra dimensão do tema do Controle Social. Daí a pertinência do trabalho de Nicolás Santiago Dallorso, no qual estuda a vinculação entre as práticas de controle social informal e as políticas sociais assistenciais e emergenciais como o “Plano de Vida”, programa aplicado na capital argentina.

Uma análise bastante sugestiva sobre Controle Social é o artigo de Verónica Andrea Vitola, em que se propõe a introduzir uma nova visão sobre a relação entre a sociedade civil e o Estado, a partir do desenvolvimento de uma

organização social em um bairro da cidade de Rosário, Argentina.

No encerramento do bloco de artigos, a revista traz o artigo de Marianas Bordes, que reflete sobre a natureza histórica dos três atores sociais que fazem a construção do sistema formal de saúde do país: o Estado, a medicina oficial e os atores sociais localizados nas margens do espaço social da arte de curar.

Enfim, este número especial procurou oferecer bases para uma discussão atualizada acerca do tema, apresentando resultados de pesquisas recentes que discutem alguns dos dilemas e exploram as tensões próprias ao tema. Percorre, portanto, um longo caminho, ao rastrear as faces do Controle Social e sua relação com as Políticas Públicas. À todos, uma boa leitura.

Marco Antonio Arantes
Editor